



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 1/22

ATA N.º5/14

----- **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DO ANO DE 2014:** -----

----- Aos 19 dias do mês de Setembro, do ano de 2014, realizou-se na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;**-----

----- **2. EMPRÉSTIMO BEI – ALENT – 09 – 0141 – FEDER – 001917 – ORDENAMENTO DAS MARGENS DO RIO ALMONDA E INSTALAÇÃO DE AÇUDE E ESCADA DE PEIXES - Aprovação;**-----

----- **3. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE DO TEJO (AMVT) – Aprovação;**-----

----- **4. PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO AO FUTEBOL CLUBE GOLEGANENSE – Aprovação;**-----

----- **5. EMPRÉSTIMO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – POVT – 15 – 0353 – FEDER – 000173 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DA GOLEGÃ – DESPORTOS EQUESTRES – Aprovação;**-----

----- **6. EMPRÉSTIMO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – ALENT – 02 – 0141 – FEDER – 000436 – GOLEGÃ IDENTIDADE E INOVAÇÃO – Aprovação;**-----

----- **7. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL AO INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ – Aprovação;**-----

----- **8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – Aprovação;**-----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à excepção da membro Senhora D. Ana Filipa Garcia Contente.-----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora D. Ana Filipa Garcia Contente, requereu a sua substituição por ausência inferior a 30 dias sendo a mesma substituída, na presente Sessão, pelo Senhor António Pereira Batista. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Engº Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Engº Carlos Manuel Matos Asseiceiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal e ainda os Vereadores Senhores, Engª Nair Cristina Santos Gonçalves Henriques da Luz, Drª Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e Engº José António Godinho Lopes. -----

----- Quando eram 21 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

----- Aproveitou a oportunidade para cumprimentar todos os presentes e em particular o Senhor Engº Carlos Asseiceiro que hoje, pela primeira vez, ocupa o lugar da Câmara Municipal nesta Sessão da Assembleia Municipal, desejando-lhe ainda as boas vindas bem como os maiores sucessos. -----

----- Ainda no uso da palavra e em virtude do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora D. Filipa Contente, não poder estar presente na Sessão de hoje, convidou para desempenhar esta funções, a membro Senhora D. Fátima Gonçalves ficando, assim, a Mesa da Assembleia Municipal legalmente constituída. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2014, uma vez que, a mesma, antecipadamente, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Pedro Queimado para, cumprimentar o novo Vereador e em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PS lhe desejar um bom trabalho frente aos destinos a que se compromete. -----

----- Relativamente à Acta e às ausências descritas logo no seu início, referiu que não se faz referência a que essas ausências estejam ou não justificadas e que isso se deveria refletir na Acta. Foi-lhe então explicado que essa situação não poderia estar expressa na Acta uma vez que a



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 3/22

justificação para a sua ausência tinha dado entrada nos serviços no dia imediatamente a seguir à data da realização da Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2014, foi aprovada, **por maioria**, com 3 abstenções à excepção do ponto 2, da respectiva Ordem de Trabalhos que foi aprovado em minuta no final da citada Sessão. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou, igualmente, a dispensa da leitura da Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de Julho de 2014, uma vez que, a mesma, antecipadamente, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de Julho de 2014, foi aprovada, **por maioria**, com 2 abstenções, à excepção do ponto 1, da respectiva Ordem de Trabalhos que foi aprovado em minuta no final da citada Sessão. -----

----- Entrou-se então, no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo, pediu a palavra, para em nome do Grupo Parlamentar Municipal da Coligação Golegã Concelho com Futuro, PSD/CDS-PP fazer uma recomendação ao Executivo Municipal no sentido de ser dado ao Atleta Goleganense Diogo Rosa o mesmo tratamento dado entretanto a outros atletas uma vez que, apesar de já não representar nenhuma Associação Desportiva do Concelho se sagrou, no entanto, Campeão Nacional Sub 23 em Duatlo Cross. -----

----- De seguida pediu a palavra o membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, que começou, a sua intervenção, por dar as boas vindas ao novo Vereador e desejar-lhe um bom mandato até à conclusão do mesmo. -----

----- Relativamente à substituição do Vereador que se verificou, perguntou ao Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal se alguma vez o Executivo Municipal ponderou a hipótese deste lugar poder a vir a ser ocupado por uma figura da Azinhaga pese embora a Lei determinar que a ocupação do lugar deve ser feita pela pessoa que imediatamente se segue na respectiva lista. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou em que pé se encontrava a reclamação que foi apresentada, no mês de Agosto, sobre a falta de limpeza diária verificada nos balneários das piscinas da Azinhaga. -----

----- Relativamente aos Caminhos de Santiago lamentou o facto de, volvidos todos estes meses, continuar tudo exatamente na mesma o que torna a situação bastante preocupante não só para a sua Freguesia mas sobretudo para muitos caminheiros que de facto chegam a determinada altura do percurso e não sabem por onde se dirigir. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando se, neste momento, já existem de facto condições para pôr o traçado de acordo com aquilo que foi falado. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal que iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de muito agrado pela tomada de posse do Engº Senhor Carlos Asseiceiro, desejando-lhe igualmente os maiores sucessos para o mandato que se avizinha, passando de imediato a responder às questões colocadas pelo membro Senhor Victor Guia. -----

----- Relativamente à primeira questão respondeu que, efectivamente, aquela situação foi ponderada. No entanto, como é do conhecimento geral aquilo que a Lei determina sobre esta matéria é que quem deve tomar posse é o elemento que se segue na lista. -----

----- Referiu ainda que não será por não haver um Vereador da Azinhaga que a Câmara Municipal da Golegã deixará de ter em consideração tudo aquilo que for necessário fazer na Azinhaga. -----

----- Relativamente à questão da reclamação sobre a limpeza dos balneários das piscinas da Azinhaga informou que assim que teve conhecimento da mesma, de imediato, a despachou para a Senhora Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social que entretanto estará concertada a elaborar uma informação e que depois de a receber terá todo o gosto em informar aquilo que são as suas conclusões acerca daquela matéria. -----

----- Quanto à questão dos Caminhos de Santiago informou que, tendo já chegado os azulejos, que o Executivo Municipal está então em condições de poder fazer a sua colocação com brevidade de acordo com o planeamento de intervenções em diversos locais. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para desejar ao novo Vereador as maiores felicidades no cargo que vai desempenhar até ao final do mandato. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 5/22

----- De seguida perguntou se já havia visto do Tribunal de Contas para a obra de Ordenamento das Margens do Rio Almonda e para quando estavam previstos o início dos trabalhos. -----

----- Relativamente à Estrada Nacional 365 referiu que a Câmara Municipal já teve que fazer intervenções nas bermas, que já teve que andar a cortar mato não sendo essas tarefas da sua responsabilidade mas sim das Estradas de Portugal. Referiu ainda que se avizinha o inverno e que o piso está cada vez em pior estado de conservação, com particular incidência no troço de paralelos junto à Brôa, pelo que perguntou se já havia novidades por parte das Estradas de Portugal para que de uma vez por todas se resolvam os problemas existentes naquela estrada, não só naquilo que diz respeito à conservação e manutenção do seu piso mas também no que diz respeito à redução da velocidade dentro da freguesia da Azinhaga. -----

----- Colocadas estas questões, usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para, relativamente à Obra das Margens do Rio Almonda, informar que esta semana houve uma reunião técnica com a participação da equipa projetista, dos serviços da Câmara Municipal e com o representante da empresa Aqui Jardim que se prendeu com a componente da iluminação pública pelo que, neste momento, aquilo que medeia entre o início da obra e esta fase do processo é tão somente esse assunto ficar concluído para se estar em condições do auto de consignação poder ser assinado e a partir daí a obra poder-se-á iniciar. -----

----- Relativamente à Estrada Nacional 365 referiu que logo no início quando se verificaram os problemas de compactação, que os serviços municipais intervieram, não da forma que se desejaria e que as próprias Estradas de Portugal o deveriam fazer. Entretanto fotografou-se e foi enviado, uma vez mais, para as Estradas de Portugal estando agora essa documentação num novo serviço de atendimento e de entrada de possíveis reclamações por parte das Câmaras Municipais não havendo, neste momento, nenhuma informação das Estradas de Portugal sobre o início da intervenção naquele troço de paralelos. Frisou que o Executivo Municipal tem feito tudo aquilo que está ao seu alcance, realçando ainda o facto de inclusivamente fazer aquilo que não é da sua competência, no sentido de tentar resolver este problema. -----

----- Relativamente à redução da velocidade no troço da Estrada 365 dentro da Freguesia da Azinhaga informou que, até este momento, não tem qualquer informação por parte das Estradas de Portugal. -----



----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para desejar as boas vindas ao Vereador Senhor Engº Carlos Asseiceiro. -----

----- Ainda no uso da palavra, no âmbito da sua eleição como representante das Juntas de Freguesia do Concelho tanto no Conselho Municipal de Educação como na Assembleia Distrital de Santarém, informou que foi convocado para uma reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 31 de Julho e que a mesma não se realizou por falta de quórum. -----

----- Informou ainda que houve uma segunda reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 9 de Setembro e que, por motivos profissionais, não pode estar presente. -----

----- Que no dia 4 de Setembro se realizou uma reunião da Assembleia Distrital de Santarém sobre a afectação do património da Assembleia Distrital do qual se destaca a colónia balnear da Nazaré que, como é do conhecimento, vai ser extinta e vai passar para uma associação que vai ser criada e que vem hoje à Assembleia Municipal para aprovação. Informou também que existe um saldo, em dinheiro, na Assembleia Distrital de Santarém de cerca de 700 mil euros, sendo que 350 mil estão em cofre e que cerca de 350 mil são dívida dos municípios, realçando o facto do município da Golegã não ter qualquer dívida para com a Assembleia Distrital. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que, em cumprimento do nº 6, do artigo 55º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, se ausentará da sala aquando da discussão do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, regressando logo após a respectiva votação. -----

----- De seguida o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal pediu a palavra para, colocar à consideração da Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assim o entender, a aprovação de uma Moção que viesse a ser redigida de acordo com todos os membros das respectivas bancadas, relativamente à Estrada Nacional 365 pois entende ser necessário que a Assembleia Municipal tome este tipo de posição para que em conjunto com a Câmara Municipal possa haver mais força junto das Estradas de Portugal para que o problema se possa resolver mais rapidamente. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo, usou de seguida da palavra para informar que em cumprimento do nº 6, do artigo 55º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, também se ausentará da sala aquando da discussão do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, regressando logo após a respectiva votação. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/22

----- Após esta intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia a elaboração de uma Moção sobre o assunto invocado anteriormente pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Após votação foi deliberado, por unanimidade, elaborar-se uma Moção relativamente à Estrada Nacional 365. -----

----- O membro Senhor Victor Guia pediu a palavra para relativamente a esta matéria propor que os trabalhos prosseguissem por forma a esgotar a Ordem de Trabalhos e que no final da Sessão que reunissem então os líderes dos Grupos Parlamentares Municipais conjuntamente com os Presidente de Junta de Freguesia, a fim de se elaborar a respectiva Moção. Colocada à votação, esta proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra para informar que a membro Senhora D. Ana Filipa Gacia Contente foi substituída, na Sessão de hoje, pelo Senhor António Pereira Batista. -----

----- Ainda no uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida e informou que as faltas registadas na última Sessão da Assembleia Municipal foram devidamente justificadas. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- 1.- APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL; -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das actividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa pediu a palavra para perguntar, relativamente à ausência de médico de família no Pombalinho, e após as diligências efectuadas quer pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal quer pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual é a situação dos fregueses do Pombalinho relativamente às suas condições de Saúde. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou então da palavra para informar que dialogou com a Senhora Directora do ACES Lezíria e que esta lhe garantiu tudo fazer para tentar minimizar a situação. Que lhe garantiu igualmente que na Azinhaga iria haver médico pelo

menos 3 vezes por semana. Quanto ao Pombalinho prometeu que iria fazer todos os possíveis para que houvesse aquilo que é o desejo e as intenções daquela população. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal usou de seguida da palavra para informar que no dia 18 reuniu com a nova Directora Executiva do ACES Lezíria e que nessa reunião esteve também presente o Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, Senhor Victor Guia, o representante da Junta de Freguesia do Pombalinho, Senhor Fernando Duarte e o Senhor Mário Moço em representação da Junta de Freguesia da Golegã. -----

----- Referiu que o que se tem pela frente não é agradável e não é aquilo que se deseja, ou seja, o que tem sido sempre transmitido a todos os interlocutores responsáveis é que se pretende um quarto médico de família no Concelho da Golegã para permitir reativar os serviços de saúde que se extinguíram na Freguesia do Pombalinho e regressar áquilo que era a periodicidade antes da aposentação do Senhor Dr. Fernando Santos. O que lhes foi transmitido é que o Concelho da Golegã para a ACES Lezíria e para a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, neste momento, não é uma prioridade uma vez que neste caso concreto da Golegã, actualmente, com a reorganização dos ficheiros cada um dos três médicos que está a assegurar os cuidados primários de saúde tem um ficheiro com cerca de 2100 utentes pelo que, de acordo com os critérios que estão em vigor, a Golegã não tem utentes sem médico de família. -----

----- Ainda no uso da palavra informou que muito brevemente irá haver uma nova reunião com o Dr. Luís Cunha, Presidente da ARSLVT, que ficou de vir ao Concelho da Golegã para tentar encontrar uma solução. -----

----- Disse ainda que a situação do Pombalinho é mais problemática do que a situação da Azinhaga mas que na reunião havida se abriu a possibilidade de contratação de algum clínico que, fora do agrupamento ACES da Lezíria, possa querer vir fazer prestação de serviços à Lezíria, nomeadamente, ao Concelho da Golegã em regime horas extraordinárias. -----

----- Referiu ainda que exigiu que no próximo procedimento concursal fosse contemplada uma vaga, na Lezíria, especificamente para o Concelho da Golegã para que a Câmara Municipal possa ter um papel interventivo no sentido de conseguir incentivar alguns dos médicos que acabam o seu internato para se poderem fixar no Concelho da Golegã. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que recebeu hoje, do Coordenador da Unidade de Saúde, Dr. António Barroso, a informação de que a partir do próximo dia 22 voltará a haver



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 9/22

atendimento na Azinhaga, não de 3 dias por semana conforme havia sido transmitido pela antiga Directora do ACES Lezíria mas sim de 3 meios-dias por semana o que perfaz apenas um dia e meio por semana. -----

----- O membro Senhor Filipe Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho pediu a palavra para perguntar como ficou o processo de recolha de assinaturas em defesa da manutenção do Tribunal Judicial da Golegã. -----

----- Relativamente ao protocolo recentemente assinado entre a Câmara Municipal da Golegã e uma entidade de ensino particular, perguntou que tipo de protocolo é esse e quais são as vantagens que daí advêm para o Município. -----

----- Em relação à intervenção do Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal relativamente à Unidade de Saúde Familiar da Golegã referiu que no Pombalinho compreendem as dificuldades da falta de um médico aqui neste serviço, no entanto, não podem de maneira nenhuma aceitar que não haja a possibilidade de pelo menos uma hora por semana para lá irem colocar receitas a pessoas que mal podem sair de casa uma vez que não se verifica falta de funcionários administrativos. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para, relativamente a esta questão do receituário, esclarecer, que essa situação foi colocada precisamente pelo representante da Junta de Freguesia do Pombalinho, Senhor Fernando Duarte e que foi tomada em boa conta pela Senhora Directora Executiva da ACES Lezíria que irá recolher informações no sentido de saber se é possível que isso volte a acontecer uma vez que não houve alteração absolutamente nenhuma no que diz respeito ao pessoal administrativo. -----

----- Relativamente à questão das assinaturas informou que lamentavelmente não se conseguiram recolher as 4 mil assinaturas. Que apenas se recolheram cerca de 1/4, 600 no Concelho da Golegã e 400 no Concelho da Chamusca, o que inviabilizou desde logo qualquer tipo de procedimento associado à recolha das assinaturas. -----

----- Relativamente ao protocolo com o Colégio dos Navegantes, referiu que no fundo este é um protocolo de cooperação como aqueles já existentes com outras entidades relativamente a diversas áreas como a área social, a área da inovação, a área da ciência, do desporto, da educação, etc, que poderá ser útil ao Município e que pode igualmente ser útil ao Colégio uma



vez que poderá nos serviços que o Município dispõe nesta áreas fazer a colocação de jovens que possam aqui desenvolver aqui a sua formação. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa pediu a palavra para solicitar à Câmara Municipal que reforce as posições que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho e a Assembleia Municipal têm demonstrado relativamente a esta matéria do Centro de Saúde. Solicitou igualmente que, na hipótese de não haver a entrega do receituário e a continuação dos utentes do Pombalinho a terem que continuar a se deslocar à Golegã, que fosse estudada uma solução para que quando houver alguma interrupção de estrada que não haja o drama de os utentes não terem médico não só de proximidade mas também pelo facto da estrada se encontrar cortada. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou de seguida da palavra para propor que a Assembleia Municipal se disponibilize para ter uma manifestação perante a Tutela e que faça força para que as Extensões de Saúde do Concelho sejam privilegiadas com algo a que os utentes têm direito que é ter um médico com regularidade. -----

----- Colocado à votação foi aprovado, por unanimidade, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em conjunto com os líderes dos Grupos Parlamentares Municipais bem como com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, elaborem uma manifestação escrita relativamente a esta matéria. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou de seguida da palavra para manifestar o apoio do Executivo Municipal a esta iniciativa da Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para perguntar por que razão, a execução orçamental relativamente à receita de capital se cifra, neste momento, em apenas em 25% do valor global que foi orçamentado para o ano de 2014, quando nesta altura do ano já se deveria estar por volta do 64 a 68% de execução orçamental como acontece nas receitas correntes. Ainda no uso da palavra referiu que coloca esta questão porque a despesa é viabilizada pela receita e não havendo receita acontece aquilo que está a suceder que é a dívida a aumentar em relação aos fornecedores de conta corrente, sendo certo que houve uma diminuição da dívida na globalidade de aproximadamente 5% mas que isso se deve quase que exclusivamente à dívida a curto e a longo prazo com a amortização dos empréstimos que foram feitos. Referiu ainda que é



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 11/22

necessário recuar ao ano de 2010 para encontrar uma dívida a fornecedores de conta corrente semelhante a esta o que torna esta situação bastante preocupante. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, usou então da palavra para esclarecer que relativamente à receita de capital existem duas razões para que a execução esteja dentro destas percentagens e não dentro daquelas que se perspectivaram. Referiu que neste momento se estão a fazer encerramentos de candidaturas relativamente ao Quadro Comunitário que ainda está em vigor estando cerca de 150 mil euros por receber de todas as candidaturas que entretanto vão ser encerradas. Nesta situação estão, por exemplo, o Centro de Alto Rendimentos dos Desportos Equestres, que para além do relatório final tem que ser ainda submetida mais alguma informação, nomeadamente, o documento do estudo de viabilidade económico e também ao Conselho de Gestão Local a parceria com a Federação Equestre Portuguesa e com o Instituto Português da Juventude, havendo mais candidaturas como por exemplo a dos Centros Escolares da Azinhaga e da Golegã bem como a do Centro de Saúde. -----

----- Disse ainda que existe uma segunda componente na receita de capital que não está ainda arrecadada que é a alienação de património, servindo também esta via para incorporar e arrecadar capital, estando já preparado um documento, elaborado pelos serviços de património, para que se possa decidir a forma como se vai vender até porque, relativamente a habitações sociais existem umas seis ou sete propostas de aquisição dessas mesmas habitações. -----

----- Relativamente à questão da dívida e da despesa corrente referiu que efectivamente é mesmo assim. No entanto, referiu que desde Outubro do ano passado foram assumidos compromissos para encerrar estas candidaturas e pagar um conjunto de investimentos que foram feitos ao longo dos últimos dois anos, nomeadamente, no último ano que contabilizados dão um valor que ronda os 500 a 600 mil euros sendo que estes compromissos vão até ao final do mês de Setembro. -----

----- Referiu também que a tendência daquilo que tem vindo a ser a diminuição da despesa de capital é efectiva e é inversamente proporcional aquilo que tem sido o aumento da dívida com fornecedores de conta corrente. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que têm sido feitos uma série de acordos de pagamento, que este não é um problema de dívida é no fundo um problema de tesouraria que existe e aquilo que espera é que a partir do próximo mês de Outubro já liberto destes

compromissos se possa então começar a inverter a tendência de pagamento aos fornecedores de conta corrente. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos pediu a palavra para relativamente ao ponto 6 “Golegã Cultural” dizer que são aqui referidos alguns nomes tais como José Cid e Carlos Alberto Moniz mas o seu Grupo Parlamentar Municipal tem conhecimento que por exemplo os “Cantares de Outrora”, que até são do Concelho, actuaram gratuitamente e no seu entender também aqui deveriam ser referidos. -----

----- Quanto ao ponto 3 “Escola do Pombalinho” congratulou-se com a sensibilidade manifestada pela Direcção Geral de Educação. -----

----- Relativamente ao ponto 1 “Contratos Interadministrativos” perguntou se realmente já foi feito o envio dos relatórios semestrais. -----

----- No referente às contas manifestou também preocupação pela subida de 23% da dívida a fornecedores. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo usou de seguida da palavra para enaltecer o Governo por ter ouvido o Concelho e de alguma forma estranhar o silêncio do PS quanto a esta matéria. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para responder às questões colocadas pelo membro Senhor Manuel Jorge dos Santos. Relativamente aos Cantares de Outrora referiu que está completamente de acordo, que efectivamente deveriam ser referenciados e não foram. -----

----- Em relação a este conceito informou que aquilo que se pretendeu fazer foi dinamizar dois espaços diferentes que na freguesia da Golegã, são dois espaços, Largo Imaculada Conceição e Equuspolis que e em parceria, neste período de verão necessitariam de alguma dinamização porque têm condições extraordinárias e onde as pessoas efectivamente se sentem bem. -----

----- Em relação aos contratos interadministrativos informou que neste momento o Executivo Municipal está a receber toda a informação que foi pedida pelo que de acordo com as solicitações que foram feitas e com aquilo que está no contrato, quando estiverem reunidos todos os relatórios das Juntas de Freguesia então dará conhecimento quer à restante Vereação quer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que este os possa fazer chegar aos membros da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 13/22

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2.- EMPRÉSTIMO BEI – ALENT – 09 – 0141 – FEDER – 001917 – ORDENAMENTO DAS MARGENS DO RIO ALMONDA E INSTALAÇÃO DE AÇUDE E ESCADA DE PEIXES - Aprovação:** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 1 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou da palavra para, à semelhança da documentação que lhes foi entregue para os outros pedidos de empréstimo do BEI, juntamente a eles vem anexado o contrato para os financiamentos. Neste caso em apreço não há qualquer contrato, pelo que perguntou se não deveria vir também anexado à documentação o respectivo contrato. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal deu a palavra ao funcionário Senhor Paulo Caixinha, que preparou estes dossiês, para poder dar essa explicação, tendo este respondido que essa informação vem da Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente e não da Divisão de Administração e Finanças e que deveria vir acompanhada com um mapa e com o contrato e, efectivamente, não veio. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos, face à falta deste documento para que o pedido de empréstimo possa ser apreciado convenientemente, propôs que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou então da palavra para apelar a que a Assembleia Municipal fosse sensível para com esta matéria e se não poderá haver outra forma de resolver o assunto, não querendo com isto dizer que os senhores deputados municipais não devam ter tudo aquilo que é necessário ter para tomarem decisões. Apenas e só está a colocar a possibilidade de saber se isso é efectivamente relevante ou não a fim de se evitar que a realização de uma outra Sessão da Assembleia Municipal por causa deste assunto. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo recordou que este mesmo assunto já foi aprovado pela Assembleia Municipal em 2013 e informou que votará contra se o Grupo Parlamentar Municipal Força GAP insistir na retirada deste Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos referiu que a razão que o levou a fazer o pedido do contrato é de que, como se irá verificar nos pontos seguintes, existem incongruências entre a documentação e se não tem toda a documentação para se poder basear, entende que não poderá votar este assunto em consciência. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal após perguntar ao funcionário Senhor Paulo Caixinha se neste momento já tinha que haver contrato e este ter respondido que deveria haver sim uma minuta do contrato, informou que no fundo este é um processo com características, nesta fase, diferentes, dos dois que vêm a seguir. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo pediu a palavra para chamar à atenção que se está na discussão do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos e não se devem estar a misturar os Pontos que vêm a seguir na Ordem de Trabalhos. Referiu ainda que se há falta de informação os Deputados Municipais podem solicitar essa mesma informação de forma a serem esclarecidos pois se cada vez que há falta de informação vão estar a adiar pontos para aprovação nunca mais se sai daqui. -

----- O membro Senhor Francisco Rufino usou de seguida da palavra para reforçar aquilo que foi dito pelo membro Senhor Pedro Azevedo, tomando por base a pertinência do assunto e até pela aprovação unanime tomada pelo Executivo Municipal, não vendo por isso razões para que este assunto seja retirado da Ordem de Trabalhos. -----

----- Estabeleceu-se então animado diálogo onde os membros Senhores, Victor Borges da Costa e Victor da Guia, bem como o Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e Executivo Municipal, teceram sobre este assunto mais algumas considerações. -----

----- Após estas intervenções foi então deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta entretanto apresentada pelo membro Senhor Victor Guia em deixar este 2º Ponto Ordem de Trabalhos para o fim da Sessão e passar-se de imediato à discussão do 3º Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do Seguinte: -----

**3. – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO –
CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO – (AMVT)**

– Aprovação; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 1 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos nºs 7, 8, 9 e 10. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 15/22

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO – (AMVT)**, à votação. -----

----- O mesmo, foi aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **4. – PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL AO FUTEBOL CLUBE GOLEGANENSE – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 1 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos n.ºs 11, 12, e 13. -----

----- Nesta altura, conforme anunciaram anteriormente os membros Senhores, António Camilo e Pedro Azevedo, ausentaram-se da Sala em virtude de fazerem parte da Direcção do Futebol Clube Goleganense. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Carlos Santos para, em nome do Grupo Parlamentar Municipal Força GAP, anunciar que é com enorme satisfação que irão votar favoravelmente este Ponto da Ordem de Trabalhos realçando o trabalho desenvolvido por esta Associação em prol do desporto no nosso Concelho. Terminou a sua intervenção felicitando o Futebol Clube Goleganense pelo seu 50º Aniversário. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, desejou os parabéns a todos aqueles que contribuíram ao longo destes 50 Anos para a grandeza do Futebol Clube Goleganense, de onde saíram grandes nomes para o futebol regional e nacional com particular destaque para Manuel Bento, Guarda Redes da Selecção Nacional e de outros Clubes, nomeadamente, o Benfica. Terminou a sua intervenção agradecendo a todos os que contribuíram para que este Clube ainda exista hoje. -----

----- O Membro Senhor Manuel Jorge dos Santos, em nome do Grupo Parlamentar Municipal Golegã Concelho com Futuro, PSD/CDS-PP, congratulou-se em virtude da Câmara Municipal ter decidido atribuir a Medalha de Mérito ao Futebol Clube Goleganense pelo seu 50º Aniversário. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL AO FUTEBOL CLUBE GOLEGANENSE**, à votação. -----

----- O mesmo, foi aprovado, **por unanimidade**, dos membros presentes. -----

----- De seguida retomaram os seus lugares na Sala os membros Senhores António Camilo e Pedro Azevedo. -----

----- Seguidamente passou-se ao Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **5. – EMPRÉSTIMO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – POVT – 15 – 0353 – FEDER – 000173 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DA GOLEGÃ – DESPORTOS EQUESTRES – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 8 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos n.ºs 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Carlos Santos para referir que de acordo com a documentação entregue, nomeadamente, da minuta da Acta da Reunião do Executivo Municipal realizada no dia 06/07/2012, consta que foi aprovado um empréstimo no valor de 243.137,68€, com 5 utilizações, com um período de carência de 3 anos e um prazo de empréstimo de 15 anos.

----- Tendo em conta que o contrato de financiamento que vem igualmente junto à documentação, a sua cláusula 5ª Prazo, diz o seguinte: “O financiamento reembolsável tem o prazo de 8 anos a contar da data da primeira utilização do mesmo”. Que o ponto 1 da cláusula 9 Reembolso diz o seguinte: “O financiamento reembolsável tem um período de carência de amortização de capital de 6 semestres”, o que perfaz os tais 3 anos de carência. Que o ponto 6 da mesma cláusula diz o seguinte: “ O reembolso do capital e juros é efetuado em 10 prestações mensais.....”, o que perfaz 5 anos. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que se tiver em conta o plano prestacional que faz parte do mesmo verifica-se que nos seis primeiros semestres, ou seja nos primeiros 3 anos, serão pagos apenas os juros do capital utilizado, e a partir do 7º semestre até ao 16º, ou seja durante os restantes 5 anos, será paga a amortização de capital e juros do capital em dívida. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 17/22

----- Face a esta situação perguntou qual razão desta divergência entre o contrato e o que foi aprovado quer na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 06/06/2012 quer inclusivamente nesta ultima reunião do Executivo Municipal. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo deu então a palavra ao funcionário Senhor Paulo Caixinha para que este pudesse prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Usou então da palavra o funcionário Senhor Paulo Caixinha para dizer que pensa que estas divergências se devem às alterações e às reprogramações financeiras que a obra tem sofrido ao longo do tempo, no entanto, referiu que só o Chefe de Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente é que pode responder a essas questões uma vez que é ele quem submete as candidaturas. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo pediu a palavra para referir que para além desta situação lhe sugere algumas dúvidas se a Câmara Municipal pode ratificar uma decisão deste mesmo Órgão tomada no passado. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Carlos Santos, reportando-se à explicação que foi dada, disse que a reprogramação da obra nada tem a ver com o financiamento da mesma. Referiu ainda que o que está aqui em causa é uma diferença no prazo, ou seja uma diferença entre aquilo que foi aprovado e o respectivo contrato sendo que essa diferença se traduz em 7 anos o que para um município com a escassez de recursos que este tem em termo de receita é muito mais penoso se for em 8 anos do que se for em 15 anos. -----

----- Face a esta situação propôs que este ponto 5 fosse retirado da Ordem de Trabalhos e que tudo fosse rectificado para posteriormente ser então presente a uma próxima Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa pediu a palavra para, relativamente a estas situações, dizer que o Grupo Parlamentar Municipal Força GAP não está aqui para inviabilizar seja aquilo que for mas sim que estão aqui para tentar cumprir o papel de fiscalizar assim como noutras circunstâncias cumpriram o papel de apoiar o Executivo Municipal e o papel de desenvolvimento da actividade municipal como ela tem estado a ser realizada. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para dizer que efectivamente esta diferença são muitos anos e que ninguém se sente confortável com estas questões. No entanto continua a afirmar que a sensação que tem é a de que efectivamente houve alterações ou a regulamentos ou qualquer outro tipo de informação e que muito provavelmente o

que aconteceu é que isso não está aqui devidamente refletido. Face a isso informou que da parte da Câmara Municipal não há qualquer reserva em que este ponto possa ser retirado para ser revisto e corrigido para entretanto ser novamente presente à Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor Pedro Queimado pediu a palavra para, face aos assuntos que têm entretanto surgido e eventuais correcções que se possam fazer, referiu que não sabe até que ponto, por exemplo, em relação à elaboração da Moção, em relação ao Ponto 2 e a este Ponto 5 da Ordem de Trabalhos se não seria de se fazer uma Sessão Extraordinária e passar para lá estes assuntos. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos chamou à atenção para que, independentemente destes assuntos poderem passar para uma Sessão Extraordinária, não deixa de ser necessário retirar os mesmos da Ordem do Dia. No entanto realçou o facto de que o Grupo Parlamentar Municipal Força GAP não está de modo algum a querer inviabilizar o empréstimo. -----

----- O membro Senhor Victor Guia pediu a palavra para dizer que tem dúvidas se será necessário a Assembleia Municipal votar a retirada destes pontos da Ordem de Trabalhos visto serem Pontos apresentados pela Câmara Municipal e se o próprio Presidente do Executivo concorda com a retirada destes mesmos pontos pensa que não será necessário votar a sua retirada. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou de seguida da palavra para referir que independentemente de ser a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal a retirar estes pontos da Ordem de Trabalho que é consensual que estes assuntos sobre O Centro de Alto Rendimento da Golegã – Desportos Equestres e da Identidade e Renovação, ou seja, que os pontos 5 e 6 devem ser retirados da Ordem de Trabalhos até porque não se pode correr o risco de se estar a ratificar uma decisão e um conteúdo que é diferente daquilo que foi aprovado pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal deu a palavra à Vereadora Senhora Dr^a Ana Isabel Caixinha para, na sua qualidade de jurista, poder ajudar sobre a decisão a tomar quanto a estas matérias. -----

----- Usou então da palavra a Senhora Vereadora para manifestar a sua opinião quanto às questões levantadas relativamente aos contratos dos empréstimos e frisar que a questão das margens do Rio Almonda é uma questão diferente destas que foram agora levantadas, uma vez



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 19/22

que no empréstimo para o Ordenamento das Margens do Rio Almonda ainda não há minuta de contrato sendo ainda necessário mandar o mapa da capacidade de endividamento para que chegue a minuta e nessa altura então se os serviços constatarem que existem lapsos então estão todos a tempo para os poder rectificar. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou de novo da palavra para solicitar que quando fosse enviada novamente a documentação de suporte ao assunto Golegã Identidade e Inovação que fosse dada informação sobre quais são os projectos que fazem parte desse projecto, quais os que foram concluídos e os que ainda faltam concluir para que no fundo os membros da Assembleia tenham conhecimento daquilo que se está a tratar. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta é uma candidatura que tem várias componentes tendo uma delas, a mais significativa, a ver com a reabilitação do Parque de Campismo. Esclareceu ainda que após terem sido feitas várias reprogramações, quer físicas quer financeiras, todas componentes que entretanto subsistiram estão executadas. -----

----- Terminadas estas considerações e ter então sido acordado retirar os assuntos relacionados com o **Ponto 5 – EMPRÉSTIMO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – POVT – 15 – 0353 – FEDER – 000173 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DA GOLEGÃ – DESPORTOS EQUESTRES – Aprovação**, e com o **Ponto 6 – EMPRÉSTIMO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – ALENT – 02 – 0141 – FEDER – 000436 – GOLEGÃ IDENTIDADE E RENOVAÇÃO – Aprovação**, passou-se de imediato ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **7. – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL AO INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ – Aprovação.** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 8 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos n.ºs 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 29. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo pediu a palavra para, em nome do Grupo Parlamentar Municipal Golegã Concelho com Futuro, PSD/CDS-PP, se congratular por finalmente este Regulamento estar a ser presente à Assembleia Municipal para aprovação. Lamentou a demora de todo este processo uma vez que, o mesmo, foi aprovado pelo Executivo Municipal em Janeiro

de Janeiro de 2014. No entanto, como referiu anteriormente, não quis deixar de se congratular porque finalmente os Múncipes do Concelho irão ser agraciados com esta medida. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL AO INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ**, à votação. -----

----- O mesmo, foi aprovado, **por unanimidade**. -----

----- De seguida passou-se ao oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: ---

----- **Ponto 8. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – Aprovação.** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Acta da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 8 de Setembro de 2014, bem como os respectivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos nºs 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para, à semelhança da intervenção do membro Senhor Pedro Azevedo, dizer que a Tabela de Taxas bem como o respectivo Regulamento foram aprovados em Dezembro de 2013 e que algumas das Taxas e alterações feitas ao Regulamento isentavam determinadas situações no decorrer do ano de 2014. Como o ano de 2014 está a 3 meses de terminar e na melhor das hipóteses esta Tabela de Taxas bem como o Regulamento só irão entrar em vigor no próximo mês de Outubro, todos os benefícios que tinham sido explanados terão muito pouca eficácia porque os mesmos cessam em 2014. -----

----- Lamentou toda esta demora uma vez que os múnicipes foram impedidos de usufruir de algumas isenções e de algumas reduções de preços numas Taxas que foram aprovadas em tempo útil. -----

----- O membro Senhor Manuel Jorge dos Santos usou de seguida da palavra para se congratular, referindo-se concretamente ao nº 8, do artigo 5º, recordando no entanto que esta proposta foi apresentada pela Coligação Golegã Concelho com Futuro, PSD/CDS-PP em Dezembro de 2013 e poderia ter sido muito melhor aproveitada se tivesse sido posta em prática no início do ano e não só nesta altura. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 21/22

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para admitir este atraso referindo que não há razão nenhuma para que o mesmo se tenha verificado, desejando que de futuro estas situações se invertam e não aconteçam desta forma e que os prazos efectivamente não sejam tão longos. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**, à votação. -----

----- O mesmo, foi aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Aprovado este oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos voltou-se então, de acordo com o que havia sido deliberado anteriormente, à discussão do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para retirar aquilo que tinha dito anteriormente relativamente à retirada do Ponto dois da Ordem de Trabalhos uma vez que, face às explicações que foram dadas posteriormente, nesta fase do processo não haver necessidade de contrato. -----

----- O membro Senhor Pedro Azevedo pediu a palavra para, quanto à falta de documentos, recordar que os deputados municipais podem sempre solicitar aos serviços esses mesmos documentos para poderem formular as suas conclusões. -----

----- Não havendo mais intervenções sobre o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o **EMPRÉSTIMO BEI – ALENT – 09 – 0141 – FEDER – 001917 – ORDENAMENTO DAS MARGENS DO RIO ALMONDA E INSTALAÇÃO DE AÇUDE E ESCADA DE PEIXES**, à votação. -----

----- O mesmo foi aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Relativamente à elaboração da Moção que ficou acordado ser aprovada após o final da discussão dos Pontos da Ordem de Trabalhos de hoje, atendendo ao adiantado da hora, o membro Senhor António Camilo propôs que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convoque os Líderes dos Grupos Parlamentares Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia bem como os Membros da Mesa da Assembleia Municipal para uma reunião com o objectivo de, em conjunto, procederem à elaboração da citada Moção. -----

----- Colocada à votação, esta proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato ao Período Destinado à Intervenção do Público. -----

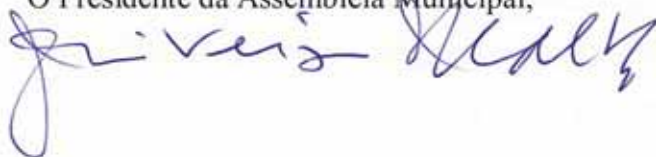
----- Pede a palavra o munícipe Senhor Lúcio Oliveira para, relativamente à pertinência de se solicitar à EDP que em período de cheias coloque na Freguesia da Azinhaga um gerador para não voltar a acontecer aquilo que aconteceu no ano passado, saber se da parte do Executivo Municipal já foi feita alguma diligência no sentido de que este pedido fosse concretizado e se o foi, qual foi a resposta por parte da EDP. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para dizer que não se recorda que esta questão alguma vez aqui tenha sido colocada pelo que não fez qualquer pedido à EDP. Registou, no entanto, esta situação e informou que posteriormente lhe dará uma resposta. -----

----- Não havendo mais público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os pontos 2, 3, 4, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos, a fim das respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 23 horas e 35 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Acta que depois de lida e aprovada irá ser assinada com as devidas alterações e ou adendas que se julgarem convenientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;



O 1º Secretário da Assembleia Municipal

